

PROVIDÊNCIA DIVINA NO MAL

PERMISSÃO PASSIVA OU CONTROLE ATIVO?



Victor Dutra

PROVIDÊNCIA DIVINA NO MAL

PERMISSÃO PASSIVA OU CONTROLE ATIVO?



Yesh
Editora

Copyright © Editora S.A., 2025

Impresso no Brasil

© Todos os direitos reservados

Proibida reprodução, armazenamento ou transmissão do conteúdo deste livro através de quaisquer meios, mesmo que parcial, sem prévia autorização do por escrito da editora.

Grafia conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Preparação

Marco Aurélio Alencar

D978 Dutra, Victor, 1994-

Providência divina no mal: permissão passiva ou controle ativo? / Victor Dutra.- 1. ed. - Rio de Janeiro : Yesh Editora, 2025.
91 p.

ISBN: 978-65-01-75335-5

1. Cristianismo. 2. Moral cristã e teologia devocional. 3. Filosofia e Cristianismo. I. Título.

CDD. 230

Elaborado por Marco Aurélio Alencar de Mesquita – CRB-7/7477

A Yesh Editora é um selo editorial da Editora S.A.

Todos os direitos desta edição estão reservados à EDITORA S.A.

Rua Senador Dantas, 71 - Gr. 1601

Rio de Janeiro – RJ

www.editorasa.com.br

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou profundamente grato a Deus, pela Sua infinita sabedoria, graça e paciência, que me conduziram ao longo deste trabalho. Agradeço também à minha esposa, Kécia Rafaella, cuja presença constante, amor incondicional e apoio incansável foram fundamentais em cada etapa deste livro. Sua paciência, compreensão e incentivo me fortaleceram nos momentos de dúvida e me deram coragem para continuar. Você sempre acreditou em mim, e suas palavras de encorajamento se tornaram um alicerce essencial. Este trabalho é, em grande parte, resultado de sua força e dedicação. Agradeço também à minha mãe, que se dedicou sempre a ler meus textos e perseverou em oração por mim.

PREFÁCIO

Neste livro você será conduzido por uma investigação profunda sobre a soberania de Deus, o problema do mal e a liberdade humana à luz da tradição reformada. A partir de temas centrais como a natureza da permissão divina, o decreto da queda e a possível relação entre o decretar de Deus e o fatalismo, o autor propõe uma análise criteriosa que busca preservar tanto a justiça e o amor de Deus quanto a responsabilidade humana. Com base em fontes clássicas e contemporâneas, este livro é um convite à reflexão para teólogos, estudantes e todos os que desejam compreender melhor os mistérios da providência divina e da fé cristão.



SUMÁRIO

Introdução	7
Capítulo 1 - A natureza da permissão divina.	8
Capítulo 2 - Deus como autor do mal? Reflexões.	20
Capítulo 3 - O Decreto da queda: o início da humanidade caída.	38
Capítulo 4 - O decretar divino e o fatalismo: existe uma relação?	53
Capítulo 5 - O ser de Deus, justiça e amor.	59
Capítulo 6 - Liberdade humana e soberania divina: uma perspectiva reformada.	72
Capítulo 7 – Conclusão.	84
Indicações de leitura	87

Introdução

A relação entre a soberania divina e a liberdade humana tem sido um dos maiores desafios teológicos ao longo da história do cristianismo. No contexto da tradição escolástica reformada, questões complexas como a permissão divina, o mal, a queda da humanidade e o papel do ser humano no decreto divino têm gerado debates profundos e multifacetados. Como entender a soberania de Deus sobre todas as coisas, incluindo o mal e a queda, sem comprometer a liberdade humana? Será que a permissão divina para o mal implica que Deus seja de alguma forma o autor do mal, ou será que isso revela um plano divino maior e misterioso? Neste livro, buscaremos explorar essas questões fundamentais da teologia reformada, oferecendo uma reflexão sobre a natureza da permissão divina e a relação entre o decreto divino e o fatalismo. Além disso, abordaremos o decreto da queda e suas implicações para a compreensão da humanidade caída, sem perder de vista o desafio da liberdade humana diante da soberania divina. Através de uma análise cuidadosa dos textos clássicos e contemporâneos da tradição reformada, o objetivo é proporcionar uma reflexão profunda e relevante para os crentes, teólogos e estudiosos que buscam uma compreensão mais clara dos mistérios da fé cristã.

Capítulo 1

A NATUREZA DA PERMISSÃO DIVINA.

Acredita-se que a autorização divina, muitas vezes, não está necessariamente vinculada à vontade absoluta de Deus, mas sim a eventos que Ele permite ocorrer sem que estes integrem o Seu plano direto. Essa liberação serve para validar a escolha humana dentro do contexto do livre-arbítrio libertário e da responsabilidade moral. Porém, não é o entendimento da tradição teológica reformada. João Calvino diz:

Jeremias declara ser obra de Deus tudo quanto de crueldade os caldeus praticaram na Judéia, por cuja razão Nabucodonosor é chamado 'servo de Deus' [Jr 25.9; 27.6]. Reiteradamente, apregoa Deus que por seu assobio [Is 5.26; 7.18], pelo clangor de sua trombeta [Os 8.1], por seu império e mandado, os ímpios são incitados à guerra; ao assírio chama 'vara de meu furor e machado que aciona em minha mão' [Is 5.26; 10.5]; a destruição da cidade santa e a ruína do templo denomina obra sua; Davi, não murmurando contra Deus, ao contrário, reconhecendo-o como justo Juiz, confessa também que de seu mandado provinham as maldições de Simei [2Sm 16.1]: 'O Senhor', diz ele, 'o mandou amaldiçoar.' Mais vezes, ainda, ocorre na história

sagrada que tudo quanto acontece procede do Senhor, como o cisma das dez tribos [1Rs 11.31]; a morte dos filhos de Eli [1Sm 2.34]; e muitíssimos outros fatos da mesma natureza. **Aqueles que são ao menos medianamente versados nas Escrituras vêem que, para alcançar a brevidade, menciono apenas uns poucos exemplos dentre muitos, dos quais, no entanto, se faz mais do que evidente que dizem coisas sem nexos e pronunciam absurdos esses que no lugar da providência de Deus colocam a permissão absoluta, como se, assentado em uma guarita, aguardasse ele eventos fortuitos, e assim do arbítrio dos homens dependessem seus juízos.** (CALVINO, 1546, v. 1, p. 231, grifo nosso).

Essa reflexão sobre a autorização divina e o livre-arbítrio encontra um paralelo interessante no exemplo bíblico da escolha de um rei humano pelos israelitas. Em 1 Samuel 8, vemos uma situação em que o consentimento divino é claramente expresso, mesmo em um momento de desobediência. O pedido dos israelitas nos oferece uma visão sobre como Deus, em Sua soberania, permite escolhas humanas dentro de Seus decretos.

Os israelitas solicitam um rei para que possam ser "*como as outras nações*" (1Sm 8:5). O Senhor declara a Samuel que esse pedido configura uma rejeição direta a Ele como Rei soberano, mas, ainda assim, concede-lhes um rei humano. Vejamos a Escritura:

Extraviaram-se as jumentas de Quis, pai de Saul. Disse Quis a Saul, seu filho: Toma agora contigo um dos moços, dispõe-te e vai procurar as jumentas. Então, atravessando a região montanhosa de Efraim

e a terra de Salisa, não as acharam; depois, passaram à terra de Saalim; porém elas não estavam ali; passaram ainda à terra de Benjamim; todavia, não as acharam. (1Sm 9:3-4).

O texto sagrado narra o extravio das jumentas do pai de Saul (1Sm 9:3-4). Embora diversas razões possam ser cogitadas para esse evento, a interpretação mais coerente no contexto da providência divina é a de que tal fato serviu a um propósito específico dentro da economia de Deus. Se Deus cuida dos animais (Mt 6:26), veste os lírios do campo (Mt 6:28-30) e provê alimento às Suas criaturas (Sl 104:27-28), não seria plausível que Ele também utilizasse esses elementos para realizar Seus desígnios? Se Deus já interveio em episódios envolvendo animais, como no caso da mula de Balaão (Nm 22:21-31), por que não interviria também nesse caso? A dispersão das jumentas não foi um mero acaso, mas um meio pelo qual Deus conduziu Saul ao encontro de Samuel. A Escritura confirma essa ideia:

Amanhã a estas horas, te enviarei um homem da terra de Benjamim, o qual ungirás por príncipe sobre o meu povo de Israel, e ele livrará o meu povo das mãos dos filisteus; porque atentei para o meu povo, pois o seu clamor chegou a mim. (1Sm 9:16).

O verbo utilizado "*Te enviarei*" não sugere um conhecimento meramente premonitório por parte de Deus, mas sim uma ação ativa e providencial. Deus não apenas prevê, mas ordena os eventos para que culminem no cumprimento de Seu propósito. E quanto às jumentas? A Escritura esclarece:

Providência divina no mal

Quanto às jumentas que há três dias se te perderam, não se preocupe o teu coração com elas, porque já se encontraram. (1Sm 9:20a).

As locuções "*já se encontraram*" não devem ser lidas como um mero relato circunstancial, mas como uma manifestação da providência divina, pela qual Deus governa todas as coisas conforme o Seu decreto eterno. A dispersão e o reencontro dos animais não ocorreram por acaso ou mero esforço humano, mas cumprem um propósito determinado por Deus, que age tanto por causas extraordinárias quanto por causas ordinárias. Ainda que alguns atribuam tal evento ao acaso, a Escritura refuta tal concepção ao afirmar, por exemplo, em Êxodo 10:13: "*O Senhor trouxe um vento oriental sobre a terra todo aquele dia e toda aquela noite; e, ao amanhecer, o vento oriental trouxe os gafanhotos.*" A criação, longe de ser um sistema autônomo, subsiste e opera sob o império da vontade divina. A ascensão de Saul ao trono deve ser compreendida à luz da distinção entre a vontade decretiva e a vontade preceptiva de Deus.

Segundo Sua vontade decretiva, Deus ordena todas as coisas conforme o conselho de Sua vontade, de modo que nada sucede fora de Seu plano eterno. No entanto, segundo Sua vontade preceptiva, Ele prescreve ao homem aquilo que lhe é devido moralmente. A instituição da monarquia em Israel, nos moldes exigidos pelo povo, não era conforme a vontade preceptiva de Deus, pois rejeitava o Seu governo direto. Todavia, fazia parte de Sua vontade decretiva, pela qual Ele ordena até mesmo os atos dos

homens rebeldes para a realização de Seus desígnios. Como Francis Turretin afirma:

A teologia trata do pecado não como pertencente a Deus, mas como tendo uma relação (schesin) com Ele (seja essa de oposição e contrariedade ou como vindo sob Sua providência e justiça); assim como a medicina trata das doenças e seus remédios, embora seu principal sujeito seja o homem como curável. (TURRETIN, 1992, v. 1, p. 58, tradução nossa).

Como afirma Turretin, ao tratar da relação entre Deus e o pecado, Ele não é passivo ou impotente diante do mal, mas age soberanamente, permitindo que o mal e o pecado se manifestem como parte de Seu plano divino. Assim, podemos dizer que Deus permite o mal e o pecado, não por ser impotente ou passivo, mas por um decreto eterno, para que, através deles, Seu plano maior e bom seja cumprido.

Assim, o governo de Saul serviu a um fim pedagógico, revelando a incapacidade do homem em governar-se sem dependência de Deus e preparando a chegada de Davi, cujo reinado tipificaria o governo de Deus prometido na aliança davídica. A queda de Saul evidenciou a distinção entre um rei escolhido pelos homens e um rei segundo o coração de Deus. Saul foi, assim, um instrumento dentro de um desígnio maior, um meio subordinado a um fim mais elevado. Ainda que sua eleição tenha sido uma concessão, Deus jamais deixou de estar no controle do processo. Ele escolheu Saul (1Sm 9:15-17), e Samuel o ungiu como rei (1Sm 10:1). Dessa forma, a autorização divina não deve ser vista como passividade, mas como

parte de um plano secundário que visava um fim supremo. O povo não daria o devido valor a Davi sem antes experimentar o governo de Deus de um rei como Saul. A dialética entre autorização e soberania, portanto, nos conduz a uma reflexão metafísica mais profunda: até que ponto a escolha humana se insere dentro da ordenação divina sem comprometer a liberdade moral? Esse episódio bíblico sugere que, embora Deus permita certas escolhas humanas, Ele as transcende, conduzindo todas as coisas para um propósito maior. Louis Berkhof esclarece esse ponto ao afirmar que:

A Bíblia ensina claramente que a providência de Deus pertence, não somente à existência, mas também às ações ou operações da criatura. A verdade geral de que os homens não agem independentemente, mas são governados pela vontade de Deus, transparece em diversas passagens da Escritura. Em Gn 45.5 diz José que foi Deus, e não seus irmãos, que o enviara para o Egito. Em Ex. 4.11-12 diz o Senhor que Ele será com a boca de Moisés e lhe ensinará o que dizer; e em Js 11.6 Ele dá a Josué a certeza de que o livrará dos inimigos de Israel. Provérbios 21.1 ensina-nos que “assim é o coração do rei na mão do Senhor; este segundo o seu querer, o inclina”; e Esdras 6.22, que o Senhor tinha mudado “o coração do rei da Assíria” para com Israel. Em Dt 8.18 traz-se à memória de Israel o fato de que foi Jeová que lhe deu capacidade para conseguir riqueza. Mais particularmente, a Escritura evidencia também que há uma espécie de cooperação divina naquilo que é mau. Conforme 2 Sm 16.11, Jeová mandou Simei amaldiçoar a Davi. Também o Senhor chama à Assíria “cetro da minha ira”, e diz: “A vara em sua mão é o instrumento do meu furor”, Is 10.5. Além disso, Ele pôs um espírito mentiroso na boca dos

profetas de Acabe, 1 Rs 22.20-23. (BERKHOF, 1990, p. 163).

Este ponto será explorado mais detalhadamente nos capítulos posteriores. A autorização de Deus não deve ser confundida com falta de opção, nem implica que Ele esteja em uma posição de desespero, forçado a decidir entre abrir ou não a porta para Satanás. Tudo faz parte do plano divino, e até as profundezas da terra se submetem à Sua vontade. Como Herman Bavinck expressa:

Como resultado, ele sempre escolhe os meios mais adequados para alcançar seu objetivo, não precisa do conselho de ninguém e é sobremodo exaltado acima do conselho dos santos e daqueles que o rodeiam (Is 40.13; Jr 23.18, 22; Sl 89.7, 8). O conselho de Deus é pensamento determinado e decreto estabelecido a respeito de todas as coisas (Is 14.24-27; Dn 4.24). Esse conselho, embora seja secreto (Jó 15.8), é realizado na História. Todas as coisas acontecem de acordo com esse conselho. Ele permanece para sempre e ninguém pode resistir a ele (Is 14.24-27; 46.10; Sl 33.11; Pv 19.21), enquanto, por outro lado, o conselho de seus inimigos será anulado (Ne 4.15; Sl 33.10; Pv 21.30; Jr 19.7). (BAVINCK, 2012, v. 2, p. 353).

A autorização de Deus não é uma autorização passiva; ela é ativa, pois Ele permite somente na medida em que determinou permitir. O mal que ocorre no mundo não é o resultado de alguma impotência ou indiferença de Deus, mas é permitido por Ele como parte de Seu plano eterno para trazer o bem.

Essa visão de soberania e autorização divina encontra ressonância nas Escrituras, especialmente no episódio

narrado em Lucas 22:31: "Simão, Simão, Satanás pediu vocês para peneirá-los como trigo", Jesus revela que Satanás "*pediu*", **ἐξαίτεομαι**, um verbo que significa implorar, suplicar, pedir insistentemente. No entanto, Deus não é influenciado pela insistência, nem age como alguém que precisa ser aconselhado. Metafisicamente, o inimigo sequer poderia cogitar, suplicar sem que Deus lhe concedesse a possibilidade do pensamento. Toda existência e toda ação têm sua causa última em Deus, a fonte de todo ser. Como, então, não confiar nessa verdade? Se uma doença cognitiva pode enfraquecer a mente humana, prejudicando a memória, o raciocínio e o aprendizado, por que negaríamos o poder de Deus para limitar ou expandir a capacidade do inimigo pensar e agir? Seria Ele menos poderoso que os efeitos de uma doença?

Se o inimigo pode pensar e agir, isso ocorre porque Deus sustenta sua existência e suas faculdades. Contudo, essa autorização não decorre de necessidade absoluta; Deus poderia tê-lo impedido. No entanto, dentro do desígnio divino, Ele permite essa ação não por imposição, mas por um propósito maior. Assim, a autorização de Deus para que o inimigo suplique é contingente – poderia ser diferente, mas ocorre segundo a sabedoria divina. Portanto, a ação do Diabo não escapa à causalidade divina, mas também não determina Deus. Antes, ela acontece dentro de um plano que não é arbitrário, mas dirigido por AquEle que é a própria fonte do ser e da inteligência.

Não que, por nós mesmos, sejamos capazes de pensar alguma coisa, como se partisse de nós; pelo

contrário, a nossa suficiência vem de Deus. (2Co 3:5).

OBJEÇÃO

Alguns ramos teológicos interpretam a presciência constatativa de maneiras distintas: Em uma visão, Deus apenas observa e constata o futuro sem intervir ou determinar os eventos. Isso implicaria que tudo já está fixado e inevitável, mas sem um decreto ativo de Deus, o que levanta questões sobre Sua soberania na história. Em outra visão, Deus prevê as decisões livres das criaturas, mas sem determiná-las de forma irresistível. Aqui, a predestinação se baseia no que Deus antevê que os humanos escolherão. No entanto, isso gera a questão de como Deus pode garantir o cumprimento infalível de Seu plano sem impor Suas determinações.

RESPOSTA

A presciência de Deus não é passiva, mas ativa e envolvida diretamente nos eventos do mundo. A presciência de Deus não é apenas uma visão futura, mas está integrada na Sua vontade soberana. Ou seja, Deus não apenas "vê" o futuro como um observador distante, mas Ele determina e conhece tudo o que acontecerá como parte de Seu plano divino. A presciência de Deus está ligada à Sua vontade e à Sua ação soberana, não sendo apenas uma constatativa, mas uma presciência que está em perfeita harmonia com Sua providência.

Como afirma a Confissão de Fé de Westminster:

Providência divina no mal

Ainda que sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias inimagináveis, Deus não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais condições. (CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER, [s.d.], p. 5).

Vejamos as Escrituras:

Porque Deus tem posto em seus corações, que cumpram o seu intento, e tenham uma mesma ideia, e que seu governo deem à besta, até que se cumpram as palavras de Deus. (Ap 17:17)

Consideremos a seguinte citação de A.W. Pink:

Negue-se que Deus governa a matéria, negue-se que é Deus quem sustenta todas as coisas pela palavra do seu poder (Hb 1.3), e lá se foi todo o senso de segurança! (PINK, 1997, p. 34).

Ao dizer que "*Deus tem posto em seus corações*", revela uma ação ativa e direta do Criador. Aqui, Deus não apenas observa o que acontecerá, mas Ele próprio está ativamente dirigindo os corações dos indivíduos, direcionando suas vontades para que Seu plano se cumpra. Esse versículo (Ap 17.17) desafia a visão de uma presciência passiva, porque implica que Deus não é um observador distante, mas que Ele mesmo faz acontecer aquilo que Ele já conhece. A visão de um Deus atemporal, que não está limitado ao futuro, nos leva a entender que Deus não só conhece o futuro, mas é o próprio futuro. Ele não está apenas vendo o que irá acontecer, mas Ele mesmo faz o futuro acontecer de acordo com Sua soberania eterna. Como está escrito em Isaías:

Lembraí-vos das coisas passadas da antiguidade, pois eu sou Deus, e não há outro; eu sou Deus, e não há ninguém semelhante a mim. Que anuncio o fim desde o princípio, e desde a antiguidade as coisas que ainda não aconteceram; que digo: O meu propósito será estabelecido, e farei toda a minha vontade. (Is 46:9-10).

Claramente revela que Deus não é apenas um observador, mas aquele que declara e realiza o futuro segundo o Seu plano soberano. Em Sua eternidade, Deus não está sujeito ao tempo, mas age em cada momento, gerando e sustentando o futuro de maneira ativa. Para Ele, o futuro é uma extensão contínua de Sua própria ação presente. Deus não é um ser dependente de constatações externas, pois é perfeitamente eficiente em Si mesmo, sendo um ***actus irreceptus***, ou seja, um ato que, por sua natureza, não pode ser recebido ou alterado por nenhuma causa externa. Este entendimento é plenamente compatível com a visão de João Calvino, que afirma:

Ninguém que queira ser tido por homem de bem e temente a Deus se atreverá a negar simplesmente a predestinação, pela qual Deus adota a uns para a esperança da vida, a outros destina à morte eterna, porém, a envolvem em muitas cavilações, sobretudo os que fazem da presciência sua causa. E nós, com efeito, admitimos que a ambas estão em Deus, porém o que agora afirmamos é que é totalmente infundado fazer uma depender da outra. Quando atribuímos presciência a Deus, queremos dizer que ele tem sempre e perpetuamente permanente sob as vistas, de sorte que, ao seu conhecimento, nada é futuro ou pretérito; ao contrário, todas as coisas estão presentes, e de fato tão presentes que não as imagina como meras ideias – da maneira como imaginamos aquelas

Providência divina no mal

coisas das quais nossa mente retém a lembrança – mas as visualiza e discerne como se estivessem verdadeiramente diante dele. E esta presciência se estende a todo o âmbito do mundo e a todas as criaturas. Chamamos predestinação o eterno decreto de Deus pelo qual houve por bem determinar o que acerca de cada homem quis que acontecesse. (CALVINO, 1546, v. 3, p. 388)

Afirmando também:

Deus não apenas conhece todas as coisas antes que aconteçam, mas Ele mesmo as predestina. Sua presciência não é apenas uma previsão passiva, mas uma ordem ativa e soberana que se alinha perfeitamente com Sua vontade. O futuro não está aberto, mas está firmemente nas mãos de Deus (CALVINO, 1546, v. 1, p. 8).

Esse pensamento reforça a ideia de que Deus, em Sua soberania, não é apenas um observador do futuro, mas aquele que declara e realiza ativamente os eventos, assegurando que o que Ele predestina se cumpra de acordo com Seu plano eterno.